



Na edição de junho da **Panorama Rural**, abordamos os fatores que, no período de produção, têm influência definitiva na produtividade e na qualidade da fibra do algodão. Procuramos levantar aspectos que até hoje são objeto de pesquisa e experimentos tanto nas empresas públicas e fundações, como nas empresas privadas que fornecem insumos, máquinas e equipamentos para este setor. Agora, em julho, continuamos trilhando os caminhos que levam à comercialização desta pluma, examinando os problemas e as questões políticas que estão pautando a agronegócio da indústria algodoeira.

De acordo com o professor Luiz Molin, da Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz (Esalq) de São Paulo, a colheita mecanizada de algodão praticada no Brasil hoje é um ponto favorável na busca pela qualidade da fibra e, conseqüentemente, um facilitador para sua comercialização. O professor afirma que, quando a colheita é manual, o manuseio aumenta a mistura de capulhos e folhas, deteriorando a pureza da fibra do algodão. A redução do custo operacional, segundo Molin, é outro aspecto fundamental a ser considerado. As colhedoras mais modernas reduzem as operações que o cotonicultor tinha de realizar anteriormente. Agora elas, além de colher, limpam e compactam, deixando o fardo pronto para ser transportado pelo caminhão, propiciando a redução de três operações. Ao reduzir o manuseio, o produtor ganha tempo, reduz a mão-de-obra, e principalmente, reduz a contaminação da pluma. As máquinas de colheita de algodão, diz o professor, são bastante simples em suas regulagens, pois, diferentemente da colhedora de grãos, a unidade de colheita já está previamente preparada.

O Brasil só começou a acertar a mão nesta *commodity*, segundo Newton Roda, da Rodans Assessoria, quando se dispôs em 2004 a interagir diretamente com as indús-

As colhedoras mais modernas reduzem as operações que o cotonicultor tinha de realizar anteriormente



Newton Roda, da Rodans Assessoria: "O Brasil começou a acertar a mão nesta *commodity*"

trias têxteis e com os consumidores. Nesse momento, diz Newton, "o país deu seu grande salto qualitativo na produção algodoeira". Com o apoio das *tradings*, que intermediam as negociações de compra e venda, foi possível a realização de encontros e visitas entre produtores e consumidores. Daí em diante, foi possível ajustar toda a cadeia produtiva do algodão. O especialista concorda também que o grande impacto da qualidade da fibra está no manejo adequado da cultura. Segundo ele, o uso de agroquímicos como maturadores e desfolhantes é fundamental para o sucesso dos produtores. Passada a fase da colheita, diz Newton, o que tem contribuído para a melhora da fibra é a constante melhoria do beneficiamento dentro das usinas. Depois de muito tempo, estas empresas adotaram mais um conjunto de pré-limpeza, somada à umidificação da pluma ou nebulização monitorada, antes de entrar no sistema de beneficiamento propriamente dito. A modificação preserva e até melhora a classificação da fibra. Uma banalidade que, segundo Newton, também evita a

contaminação da fibra é a adoção de ensaque dos fardos em bolsas de algodão, evitando-se as de polipropileno.

De acordo com o consultor, nosso país é um fornecedor confiável e consistente de algodão, tanto em volumes contratados como nos tipos de algodão estabelecidos em contrato. Os principais tipos de algodão fornecidos são o 41-4 e 31-4, no entanto, o foco do cotonicultor brasileiro está em aumentar o volume e a consistência na produção de algodão dos tipos 31-4 e 21-4, padrões de fibra que possibilitam um ágio nos preços "premium" em função da melhor fiabilidade e eficiência dentro do processo de fiação das indústrias têxteis.

OMC: Brasil x EUA

O grande concorrente do Brasil são os Estados Unidos, que possui uma fatia em torno de 40% do mercado externo. Este

país exporta cerca de 2,7 milhões de toneladas, das quais 50% são dos tipos chamados de "finos" 31-3-35 e "melhor", 20% tipos chamados de "médios" 31-4, 41-4, e 30% de tipos chamados "baixos", os quais sofrem descontos expressivos em seus preços. E é neste ponto que a questão junto à OMC poderá ajudar o Brasil, pois os tipos baixos de algodão, além dos preços menores, que os torna competitivos frente à produção brasileira, ainda recebem subsídios do governo americano.

A Bahia, por exemplo, está plantando cerca de 315 mil hectares de algodão neste ano, sendo que 10% já foram colhidos e a maior parte está mecanizada. Serão 460 mil toneladas de algodão em pluma. Desse total, 250 mil ficarão no mercado interno e o restante será exportado. Para Walter Horita, produtor de Barreiras, no oeste da Bahia, e presidente da Associação Baiana

de Produtores de Algodão (Abapa), o algodão nacional é de muito boa qualidade e atende às exigências do mercado externo. "Eles gostam do nosso produto", diz o presidente. "Isso acontece porque todos os produtores estão sendo bem treinados para praticar uma lavoura que dê os resultados esperados em termos de qualidade do produto. Tanto isso é verdade que por vezes, os compradores internos, brasileiros, importam algodão mais 'grosso', para, por exemplo, fazer um blend e fabricar tecido para jeans", afirma Horita.

Segundo o presidente da Abapa, o Brasil tem clima bom para o algodão e a irrigação seria um diferencial. "Nós não podemos comparar nossos plantios com os da Austrália porque os processos utilizados são diferentes, mas nós conseguimos chegar lá, porque nosso algodão não perde em qualidade para o deles", garante.

A produção hoje, segundo Walter Horita, só não é maior no caso do algodão 21-4 porque não há compradores que paguem o que este produto realmente vale. A produção deste tipo de algodão aumenta em 15% a quebra por impureza nas usinas. Dessa forma, a maioria dos produtores entrega ao mercado o tipo 31-4. "Nossa busca pela uniformização da produção e do tipo de algodão no país. Atualmente, nós produzimos 265 arrobas por hectare, enquanto os EUA produzem 150 arrobas por hectare. O custo de produção gira em torno de US\$ 2,5 mil por hectare no Brasil, e o preço de mercado está razoável", avalia Horita. "O Brasil é o 5º maior produtor do mundo e poderemos avançar mais, pois temos muita área para utilizar e plantar. É isso que arripia nossos competidores", diz, acrescentando que o principal já foi feito junto à OMC. "Já será bom se eles



A qualidade do algodão nacional atende plenamente às exigências do mercado externo

pararem com os subsídios; retaliar ou não é uma discussão maior", conclui.

João Luiz Pessa, presidente da Cooperbio e ex-presidente da Associação Matogrossense de Produtores de Algodão (Ampa), concorda que já foi um avanço o Brasil ter entrado na OMC contra os subsídios americanos e ter vencido - mas isso não seria suficiente. "Afinal são 4 bilhões de dólares de subsídios que eles colocam aos seus produtores, todos os anos". Segundo Pessa, seria possível aceitar uma negociação, "desde que alguém nos pague o que estamos perdendo. Agora estamos fazendo uma ação política, através do senador Gilberto Goellner, formando uma comissão no Senado para que este assunto não seja esquecido. Queremos ver se o

governo toma alguma atitude em relação a este tema para que não fiquemos somente na vitória política, sem resultados práticos", afirma.

Goellner vai mais além quando diz que os subsídios americanos garantem uma boa rentabilidade aos seus produtores independentemente do fato de eles plantarem ou colherem bem. "No Brasil o produtor tem somente o preço mínimo, e ninguém hoje pode produzir somente para empatar", argumenta. "Por isto nossa proposta ao governo é que ele pague um valor que cubra os custos de produção, mais um 'plus' por produtividade. Hoje, o que se obtém a partir das Peppo (Prêmio Equalizador pago ao Produtor Rural) não é suficiente", conclui.